

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- UERN

CURSO DE LEDOR

Autora: Delane Leite Suassuna Diniz

Coautores: Zenaide Mesquita de Holanda

José Fabio Alves Dantas

Auri Marconi Diniz

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

RESUMO

Apresenta-se como finalidade neste artigo uma reflexão acentuada sobre a proposta da educação inclusiva, detendo um olhar aos sujeitos com necessidades educacionais especiais, especialmente deficiência visual diante desta questão apresenta-se nova questão: como lidar com a diferença; como propor iniciativas inovadoras que propiciem uma educação para todos sem distinção. Acreditar na diversidade como uma aceitação ao desenvolvimento de uma prática diferenciada, pautada por competências para inserir os alunos com deficiências no ensino regular, não por ser um direito constitucional, mas pelo dever de assumir seu papel como agente participativo na sociedade atual, que exerce sua função com compromisso e responsabilidades. Torna-se mais plausível a inclusão dos sujeitos com necessidades especiais na atualidade, devido aos programas de políticas públicas educacionais que estão sendo implantadas para alavancar a educação inclusiva. Precisa existir além da aceitação no mesmo meio social, um convívio de igualdade em todas as atividades desenvolvidas. Precisa-se também pensar no mundo além da família e da escola, onde a comunidade aceite sem nenhum ato discriminatório e reconheça neste indivíduo portador de limitações, capacidades que não há impeçam de assumir as mesmas funções que as pessoas sem limitações desenvolvem. Nessa perspectiva precisamos compreender a diversidade humana como um desafio que se apresenta nas relações interpessoais de inclusão social e educacional que ancorados

em oposições como normalidades e anormalidades privam os sujeitos de participarem de um ensino comum e uma educação para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeitos, Deficiente Visual e Educação Inclusiva.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação Especial, como sendo uma modalidade da educação escolar, definida nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na educação básica, que regula e garante o direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais, perpassa todas as etapas e níveis de ensino, orientando para inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

Ao considerar a importância da formação continuada e a necessidade de organização inclusiva de sistemas educacionais para essa caracterização desses direitos, há alunos com necessidades especiais a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN, em consonância com a Diretoria de Apoio a Inclusão – DAIN, oferece cursos de extensão na área inclusiva, a despeito deste de ledor, uma ação que visa a expectativa da formação continuada para capacitar profissionais na atuação de atendimento especializado a pessoas com deficiência visual (DV).

Este tem como propósito de preparar pessoas para desenvolver leitura com deficientes visuais, com forme parâmetros, metodologias e técnicas de leitura para uma compressão do ledor e garantir, nesse espaço educacional e outros, bem como órgãos públicos, escolas especiais, institutos de reabilitação, audiotecas e atuação em diversos concursos como: vestibulares para instituições que ainda utiliza, ENEM, entre outros, para sim atuar como ledor com segurança e credibilidade.

Diante do exposto, compreende-se a importância do ledor que já o vimos, num futuro próximo como um “profissional”, em que, perante sua necessidade de atuação faz-se necessário pensar em uma regulamentação profissional para um ledor, aquele que lê ou tem hábito de ler pela sua real importância no mercado de trabalho pela necessidade comprovada em anexo na entrevista, com um deficiente visual, quando expressa não ter tido a oportunidade de alguém como um ledor para instruído no mundo das letras. Entretanto, o referido artigo objetiva uma análise do trabalho do ledor na educação inclusiva e sua atuação através de visita a instituição e domiciliar, entrevista

com um deficiente visual visando apurar conclusões e comprovar a importância do ledor na educação inclusiva, o presente trabalho relatará a experiência, conclusões e um posicionamento crítico frente ao assunto abordado e a experiência vivenciada, tanto para o ledor como para o deficiente visual participativo e atuante na sociedade em que vive.

Discutiremos respaldando teóricos que assim como nos, sonharam com esta realidade que estamos vivenciando na conjuntura atual, que busca uma abordagem progressiva, no sentido de nortear, retrazar trajetórias para lidar com o ensino, consequentemente uma sociedade que reconheça as especificidades individuais, as capacidades dos sujeitos “normais” ou “diferentes” que para nós “ser diferente é normal” e que para Pacheco, “deficientes são as práticas escolares”.

Entretanto contesta-se parâmetros que discute as competências necessárias para ensinar com mais responsabilidades, diferenciando o ensino e assim, encontrar caminhos para uma nova inclusão. O convívio com a diferença é uma subjetividade humana que se constrói sem medos, sem receios, sem exclusões, construídos na vivência, na igualdade de oportunidades, na aceitação ao outro, na alteridade, em fim na valorização as diferenças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os embates que envolvem a viabilização de um projeto de inclusão vão além de todas as previsões estabelecidas durante seu planejamento. Acredita-se que, por mais debatido que seja o assunto no nível teórico, ele precisa ser antes de tudo ser assimilado, incorporado, pelas pessoas envolvidas nesse processo, como princípio e enquanto postura profissional. Sob esse prisma, o compromisso do educador passa a ser com a emancipação humana de seus alunos. Embora os paradoxos da atual sociedade capitalista ofusquem a compreensão dos fatos, é normal deparar-se com inúmeras questões que angustiam educadores comprometidos com a complexidade do fazer pedagógico.

Educadores que imergem num dilema de proporcionar um fazer diferente para atender a diversidade inserida na sala de aula. Estes, das salas regulares sentem-se despreparados ainda para atuar com alunos com necessidades especiais, os cursos de

formação continuada na área de inclusão dessas pessoas especiais, são ínfimas. Faz-se necessário diante da demanda exigida hoje, que as políticas públicas se voltem para esse olhar com maior empenho, preparando melhor seus educadores para esse fim.

A ideia da democratização do ensino como possibilidade de manter todas as crianças na escola, e o ideal de uma escola de qualidade para todos parecem não ser suficientes para garantir posturas coerentes de toda a comunidade educacional, para receber os alunos com deficiências. Garantir escolarização de qualidade para todos implica aceitar e valorizar a diversidade das classes sociais as condições concretas e o estilo de cada indivíduo para aprender.

Hoje as escolas buscam resgatar através da inclusão o respeito, a dignidade humana para essas pessoas tanto marginalizadas por uma limitação que a comete. Como isso possibilitamos a esse indivíduo o acesso ao recurso para o seu pleno desenvolvimento. A deficiência não deve ser tratada isoladamente como obstáculo ou impedimento que impossibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa. As restrições decorrem e corroboram com estruturas excludentes e das condições objetivas dos diversos campos de atuação dos contextos sociais.

A INSTITUIÇÃO VISITADA

A Escola Estadual Dr. Xavier Fernandes, localizada na periferia da cidade de Patu-RN, desde de 2013 a escola conta com uma sala multifuncional, com a atendimento AEE (Atendimento Educacional Especializado), Em que seu objetivo principal é proporcionar um assessoramento a alunos com necessidades especiais. Há atendimento a crianças com as mais diversas necessidades como exemplo: alunos autista, com hidrocefalia, transtornos globais do desenvolvimento, hiperatividade, traumas infantis e baixa visão, percebeu-se que não há alunos com deficiência visual.

Os atendimentos são individualizados de acordo com a necessidade de cada com suas deficiências e capacidades, o atendimento dura em média cinquenta minutos individualizado. Cada aluno tem por direito a dois atendimentos semanais. Assim, de acordo com Decreto nº 6.094/ 2007, Portaria 13/2007 O programa apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos

e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

A intenção é atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP.

A criança que tem uma necessidade mais grave é atendida na sala multifuncional e no contra turno na sala regular, já que tem um laudo médico comprovando que essa necessidade requer um atendimento contínuo também na sala regular. As professoras fazem esse atendimento no horário da aula. Todo o material didático-metodológico trabalhado nos atendimentos é direcionado de acordo com a necessidade do aluno, individualizado para atender os objetivos a serem alcançados para o avanço de cada indivíduo. A sala conta com um material diversificado enviado pelo governo federal para o atendimento de pessoas com deficiência visual.

Na sala há recursos ópticos e não ópticos, como mouse óptico, lentes de aumento, computador com teclado colmeia, alfabeto em braile, jogo da memória e dominó tátil, lupa eletrônica, lupas manuais de vários tamanhos, tiposcópio entre outros que auxiliam nesse processo de aprendizagem. Para esse atendimento existem duas professoras na sala em horários contrários da sala regular, em contra turno ainda não existindo no quadro nenhum aluno cego.

Para isto, a Secretaria de Educação Especial oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada plano de ações articuladas (PAR). De 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros - 82% do total. Portanto uma das professoras está sendo qualificada no curso de leitor, ofertada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, observa-se que os cursos de formação continuada, na área de inclusão, ainda são insuficientes para uma melhor prática educacional a ser aplicada nos atendimentos de acordo com cada especificidade das crianças com deficiência.

Mas, se tem conhecimento de cursos ofertados pelas instituições e departamentos que primam por uma inclusão que estão muito aquém da realidade para consolidação de ações inclusiva de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar e para que esses tenham um acompanhamento adequado e especializado com toda a equipe de profissionais como: professores, psicopedagogos, psicólogos entre outros profissionais para consolidação de uma atendimento especializado.

Compreende-se que algumas ações estão sendo desenvolvidas para esses fins pois inicia-se o atendimento em salas multifuncionais, em órgãos educacionais, entre outros, como exemplo o DAIN- Diretora de Apoio a Inclusão, que objetiva contribuir com o processo de inclusão e visa formar pessoas para atenderem em determinadas áreas inclusivas, especialmente para atuarem na inclusão e atendimento a deficiência visual, oferecendo o curso leitor para fins e interesses educacionais da própria instituição e de outras, e assim suprir a necessidade em diversos concursos.

Com essa iniciativa, desta universidade promove a inclusão. Colabora nas distintas áreas inclusivas através de curso de libras, para alunos surdos e curso de leitor para aluno com deficiência visual, ou baixa visão, para assim, atender um público alvo de discentes e profissionais para atuarem no mercado educacional e social, os quais a sociedade globalizada exige.

Entretanto este artigo aborda a questão da diversidade, como foco sensibiliza olhares e conhecimento as diferenças, pelo fato dos seres humanos serem considerados únicos de serem diferentes na cultura, no gênero ou nas chamadas necessidades especiais que determina tal unicidade. Precisamos entender e agir de forma positiva sobre estas dificuldades, sobre estas inquietações que fazem parte do nosso cotidiano e de muitos educadores, já dizia Piaget, que a aprendizagem é um processo intelectual, e aqui vemos cada um com sua especificidade, mas também, com seus direitos de assimilação.

Portanto aceitar talvez seja o primeiro passo que diante não exclui o direito de aprender, precisamos avançar o entendimento como educador e aceitar o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada que oportunize o educando, seja ele, com ou sem necessidades educacionais especiais, mas planejar estratégias de aceitação ao diferente, é chegado o momento, a hora, de nos preocuparmos com a impunidade ou omissão que há anos, séculos até, tira o direito do aprendente a um convívio social, pois

todos temos competências, e estamos por incompetência, talvez, privando outro de aprender. Com tudo afirma Castro e Carvalho (2002 p.43):

“A busca de uma escola que prioritariamente desenvolva competências básicas apoia-se na suposição de um nesse final de século o futuro do jovem é sempre um projeto em aberto e que provavelmente ele viverá períodos de aprendizagem intercalados a experiência profissional”

Acompanhar a “diferença é normal”, desde que esse mestre tenha formação adequada para subsidiar sua prática ao ritmo do alunado e termos uma escola inclusiva que garanta a qualidade de ensino, reconhecendo e respeitando a diversidade, assim sendo, teremos uma qualidade pedagógica.

Relato da experiência

Entretanto, o objetivo desse curso é contribuir com o processo de inclusão de alunos com deficiência visual na UERN e na sociedade civil, como estamos fazendo agora formar pessoas para atuarem como leitor nos órgãos educacionais bem concursos e vestibulares, e para comprovar esse trabalho desenvolvido pelo DAIN, fizemos uma entrevista com um deficiente visual, com o intuito de se observar se o objetivo do curso de leitor fora alcançado.

Assim sentimos a necessidade de compartilhar a experiência, embasar teórica e cientificamente, retirar conclusões e contextualizar de forma crítica construtiva. Após visitarmos e observarmos uma instituição pública e fazer as devidas conclusões desta visita quanto ao funcionamento da sala multifuncional, não estando satisfeitos suficientes, por não existir alunos com cegueira total ou deficiência visual, ficou uma lacuna e procuramos recompensar com uma visita domiciliar a um deficiente visual.

Assim o fizemos, entramos em contato com a esposa do deficiente marcamos e combinamos a entrevista. Passados alguns dias nos deslocamos até a zona rural na Fazenda Tuiuiú I, no município de Patu-RN, onde reside a pessoa de Rogerio Nascimento deficiente visual, o qual os recebeu nos recebeu junto a sua esposa e filhos. Ficando frente a frente nos preparamos pra entrevista, para lembrar o posicionamento do leitor, sentar à frente ao ouvinte por ser melhor para propagação do som, obstáculos

ou desvios. Não esquecendo que o ato da leitura deve ser confortável ao leitor e ao ouvinte, pois a leitura é um dos mais fortes instrumentos utilizado no processo de formação humana.

De início, apresentei meus colegas e iniciamos os trabalhos com uma breve contextualização do curso de leitor, que seria uma ação desenvolvida pela Diretoria de Apoio a Inclusão- UERN. Na perspectiva de capacitar profissionais para atuar no atendimento às pessoas com deficiência visual, o curso é uma formação continuada de preparar pessoas para desenvolver leitura com o DV com forma de metodologias e técnicas adequadas para garantir o direito a inclusão.

Em seguida fizemos a primeira pergunta embasada no conteúdo estudado no referido curso. Falamos do leitor, como sendo, aquele que ler em voz alta para o outro, nesse caso para as pessoas que apresentam deficiência visual, portanto o leitor ou leitor realiza o ato da leitura. Em seguida iniciamos com a primeira pergunta contextualizada:

→Sabemos que quando enxergamos, estabelecemos uma comunicação visual com o mundo exterior, pois a visão reina sobre os sentidos, por ela o elo de ligação que integra os outros sentidos, formas contornos, tamanhos, cores e imagens que estrutura a composição de uma paisagem ou ambiente, e oposto a isso, temos a cegueira que sendo uma alteração afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, instancia, forma, posição ou movimento. Esta pode ocorrer desde o nascimento, congênita ou posteriormente, advéncia ou popularmente a cegueira adquirida. Então diante desses conceitos, somos conhecedores de suas capacidades e conhecimentos, mas queremos saber como você perdeu a visão? E quando foi? Como foi para você enfrentar uma nova vida de adaptação? Houve momento de depressão ou desesperador? Qual foi o seu estado emocional? Rogério* com muito conhecimento nos surpreender com a notícia que para nós foi uma informação nova, por vivenciar na comunidade local comentário de que ele havia perdido sua visão após alguns anos depôs do seu nascimento. Respondendo: que foi Glaucoma congênito, e que aos quatros anos devido uma infecção os médicos recomendaram a retirada de todo globo ocular, devido a essa cirurgia as pessoas achavam que ele havia ficado cego naquela idade.

* As respostas do texto estão superficiais, na integra estão em DVDs e texto anexos ao artigo com todo detalhamento.

Comprovamos seu vasto conhecimento diante das colocações precisas ao responder com certa intelectualidade, e diante da participação dos conteúdos absorvidos no decorrer do curso, podemos afirmar a importância da leitura como uma canal de aprendizagem mesmo que seja na forma de oralidade, pois para Freire (1987 p.68) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Sendo assim, compreendemos que a leitura é fundamental para a compreensão de mundo pois estamos no mundo para nos adaptarmos e agregar o conhecimento proporcionado pela leitura. E a palavra viva é um diálogo existencial que expressa e elabora o mundo, a comunicação e a colaboração, por tanto a linguagem insere o homem numa cultura letrada. Logo após fizemos a segunda pergunta:

→ Sabemos que é comprovado cientificamente que os sentidos tem as mesmas características e potencialidades para todas as pessoas e que as informações; tátil, auditiva, cenestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas. Então Rogério o que tem pra nos dizer dessa comprovação? Seus sentidos, ou algum deles foram mais desenvolvidos ou mais apurados, já que você teve que recorrer com mais frequência? Quer dizer, diante de sua cotidiana você percebeu o desenvolvimento desses sentidos pela ativação continua ou por força da necessidade? Com certeza! quando ficamos deficiente de algum órgão os outros se desenvolvem com maior frequência por causa da necessidade, a audição foi o sentido que se desenvolveu mais por receber maior estímulo.

A incidência da cegueira de forma lenta ou abrupta provoca rupturas, uma mudança radical em todas as dimensões da vida pessoal e modifica o contexto familiar, social, educacional e profissional. De acordo com Vygotsky (1997), a cegueira deve ser compreendida como uma fonte reveladora de atitudes, uma força motriz para a superação de obstáculos e dificuldades, mais do que uma deficiência, de feito ou insuficiência de um órgão ou função. A cegueira como qualquer outra deficiência faz com que o indivíduo desenvolva os outros sentidos.

→ Agora Rogério temos conhecimento que você ao perder a visão isso não o impediu de se mobilizar, movimentar com precisão, é do nosso conhecimento comentário de sua locomoção; de que você andava de bicicleta no “balde” (parede do açude) e até dirigia, isto acontecia realmente? Acontece hoje? Mas sempre percebemos que geralmente sua esposa é seu guia vidente, então, diante de sua inteligência e capacidade na realização de determinadas tarefas, senti a necessidade de lhe perguntar, se você sabe da existência

de um curso de orientação e mobilidade que objetiva o deficiente visual adquirir mais segurança de poder se mobilizar sozinho sem a ajuda de alguém.

→E quanto as tecnologias assistivas. Conhece? Usa a bengala? Você é conhecedor recursos que facilitam a vida em sociedade do DV? Esses são os recursos didáticos e os recursos tecnológicos que possibilitam o acesso ao conhecimento, como: cebra braile, alfabeto em alto relevo, pranchas de desenho em relevo e os tecnológicos, meios de informática que possibilitam a comunicação a pesquisa e o acesso ao conhecimento com exemplo, programas de leitura de tela com síntese de voz, conhecidos para usuários cegos navegar na internet e outros operados por comandos de teclado que dispensam uso de mouse. Programas mais conhecidos no Brasil – DOSVOX- site do governo – VISUAL VISION-pelo Bradesco e Banco Real e JAWS- Desenvolvido pelos Estados Unidos, é muito caro, porque é completo e avançado entre os leitores de tela. Foi perguntado a Rogério __Você conhece algum desses recursos? Se não tem vontade de conhecer? Já fez algum curso de informática?

De acordo com o do Estatuto da Pessoa com Deficiência, **Art. 165**. O poder público promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas voltados para melhoria da qualidade de vida e trabalho das pessoas com deficiência. Em seu §1º O desenvolvimento e a pesquisa promovidos ou incentivados pela Administração Pública darão prioridade à geração das deficiências, assim com a produção de ajudas técnicas e tecnologias de apoio. No Art. 167. Em seu § 1º Será estimulado, em especial, o emprego das tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação e educação de pessoas com deficiências.

É assim que incentivamos a imersão da pessoa com deficiência ao acesso as novas tecnologias, com o respaldo da lei que ampara as pessoas com todos os tipos de deficiências a adquirirem o conhecimento, conhecimento esse que serviram de apoio para superação de barreiras impostas nas atividades cotidianas, como forma de melhorar sua adaptação no meio social, conseqüentemente tendo uma melhoria de vida.

→Enfim, sabemos que a educação é uma das mais importantes esferas da sociedade é um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano e atualmente temos a educação especial na perspectiva da inclusão escolar de alunos com deficiências, temos até o Atendimento Educacional Especializado AEE,

concebido como um subsídios, tendo em vista a formação escolar desse aluno. Portanto, temos como objetivo do DAIN – Diretoria de Apoio a Inclusão o objetivo maior é inserir o aluno com deficiência, especial, visual na UERN e na sociedade civil. Você como sabemos é uma pessoa bem informada, ouvi rádio, TV entre outros, tem um saber já construído. Diante disso perguntamos: Você tem interesse de estudar, fazer curso, sair de Patu em busca de aprendizagem? Você já frequentou uma sala aula? onde, quando e se frequentou, até que ano estudou?

Rogério frequentava a sala de aula que sua irmã lecionava na zona rural, apenas como ouvinte, acompanhava sua irmã até a escola, sem nenhuma formação adequada para ensinar seu irmão cego, a professora explicava o conteúdo e entregava uma atividade para que ele respondesse, ele o fazia com a ajuda de outra aluna que pegava em sua mão. Ele não foi alfabetizado por que não tinha o contato tátil com as letras. Nunca saiu da fazenda para estudar em nenhuma escola. Mas apesar disso, em sua entrevista demonstrou uma destreza em suas respostas, todas com coerência e coesão.

Segundo FREIRE (1996, p.52), “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Ou acrescenta PERRENOUD (2000, p.179-180)

“A alta formação resulta realmente de uma prática reflexiva que se deve muito mais a um projeto (pessoal ou coletivo) do que uma expectativa explícita da instituição... a responsabilidade de sua formação continuada pelos interessados é um dos mais seguros sinais de profissionalização de um ofício...”

Ajudar a formar e estabilizar uma visão clara do ofício e das competências é uma das principais funções - subestimadas - dos referenciais e competências. Eles não são portanto, instrumentos reservados aos especialistas mas, meios para os profissionais construir uma identidade coletiva”. Portanto ao possibilitar o alto conhecimento a escola também estimula a construir as competências necessárias para construção do processo de inclusão visando não só uma formação continuada, mas, a participação ativa do sujeito, conhecedores de seus direitos e deveres, perante a sociedade globalizada visando o reconhecimento do outro, assim a alteridade entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se nesse artigo que a escola inclusiva deve promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Esta deve ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se seus ritmos e os processos de aprendizagem, contrapondo-se a sociedade que inabilita e enfatiza impedimentos, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.

Assim sendo, o princípio da integração consiste na igualdade de direitos, privilégios e deveres, participação ativa e interação social em ambiente o menos restrito possível respeitando as diferenças individuais. Esse processo é gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, segundo as habilidades e performances dos alunos. A integração escolar é vantajosa para todos porque propicia a renovação do sistema educacional pela incorporação da diversidade das experiências humanas.

A integração entre os sujeitos só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo aos mesmos o contínuo desenvolvimento. Entretanto de acordo com a Declaração de Salamanca (Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha que reuniu delegados 88 governos de 29 organizações internacionais de 7 a 10 de Junho de 1994) que legitima estruturas de educação especial, tendo como princípio orientador, a consideração de que as escolas devem acolher todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, linguísticas ou outras.

Todos os alunos que tem suas necessidades com origem nas deficiências ou em dificuldades cognitivas, são consideradas portadores de necessidades educacionais especiais e devem ser incluídas em programas educacionais previstos para todos os educandos, mesmo aqueles que apresentam desvantagens severas a aprenderem juntos.

Para tanto a prática da desmarginalização de portadores de deficiências deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem uma educação igualitária para todos. E assim a inclusão, a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade.

E com isto desenvolver ações que venham orientar e repensar o papel da Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Dário de Ávila e NEGRY, Karla C. P.. **Capacitação de Ledores e Transcritores para atuação em cursos**. Grupo Incluir. Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Projeto de Lei 7.699/2006 Brasília: Senado Federal, 2006.

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Ana Maria Pessoa (Org.) **Ensinar a Ensinar**: Didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002, p 43.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

_____. Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais – Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessário à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz de Terra, 1987.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Todas as crianças são bem- vindas à escola**. Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp. em: <http://www.pro.inclusão.org.br/textos.html>

PACHECO, J. **Série não rima com inclusão**. Pátio, Educação Infantil. Ano VI, n.16, mar./jun. 2008.

PERRENOUD, Philippe, **constituir as competências desde a escola** /Philippe Perrenoud; trad. Bruno Charles Magne.-Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____, **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patricia Chittoni Ramos-Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

VYGOTSKY, L. S. A. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes,1998.

_____. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes,2000.

_____. Obras escogidas: fundamentos de defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.